



Ministério de Minas e Energia

CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

ATA DA 172ª REUNIÃO

Data: 1º de setembro de 2016

Horário: 14h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME – 9º andar

Participantes: Lista Anexa

1. ABERTURA

A 172ª Reunião (Ordinária) do CMSE foi aberta pelo Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, que agradeceu a presença de todos e informou que o Ministro Fernando Coelho Filho chegaria no decorrer da reunião em função de outros compromissos.

2. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICO DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS apresentou a avaliação das condições do atendimento, além de questões relativas ao planejamento e à operação eletroenergética do SIN. Houve destaque nas discussões a respeito das condições hidrológicas e de armazenamento na bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Na avaliação das condições hidrometeorológicas e climáticas, informou que o mês de agosto foi caracterizado pelo avanço de três frentes frias, sendo que as duas primeiras ficaram restritas à região Sul, onde ocasionaram apenas chuva fraca nas bacias dos rios Jacuí, Uruguai e Iguçu. A última frente fria esteve associada a um sistema de baixa pressão e chegou a atingir as regiões Sudeste e Centro-Oeste. Durante a sua passagem, ocasionou volume significativo de precipitação nas bacias dos rios Iguçu, Paranapanema e na calha principal do rio Paraná, que apresentaram anomalia positiva de precipitação. As bacias dos rios Grande, Paraíba do Sul e o trecho a montante da UHE Três Marias também apresentaram chuva acima da média histórica. Essa frente foi precedida pela atuação de uma massa de ar frio que ocasionou queda de temperatura nos estados das regiões Sul e Sudeste.

Mencionou também que, na última reunião do Grupo de Trabalho MCTIC/MME sobre Previsão Estendida, o CEMADEN destacou que no Oceano Pacífico Tropical prevalecem condições de neutralidade, ou seja, sem a atuação dos fenômenos La Niña ou El Niño. Todavia, as previsões da maioria dos modelos acoplados e oceânicos indicam o provável desenvolvimento do fenômeno La Niña, em princípio de fraca intensidade, durante o segundo semestre do ano, embora com uma certeza menor em relação às semanas anteriores.

O ONS destacou também que são estimados os seguintes valores de Energia Natural Afluente – ENA bruta para o fechamento do mês de agosto: 104% no Sudeste/Centro-Oeste, 110% no Sul, 35% no Nordeste e 46% no Norte, referenciados às respectivas médias de longo termo – MLT do mês.

Em termos de armazenamentos equivalentes, os resultados do Programa Mensal de Operação – PMO do mês de setembro indicam uma expectativa de variação de -5,9% no Sudeste/Centro-Oeste, +6,0% no Sul, -4,4% no Nordeste e -7,2% no Norte, referenciados aos volumes armazenados máximos de cada subsistema, atingindo 40,0%, 96,5%, 14,7% e 40,1%, respectivamente.

Informou também que o PMO do mês de setembro capturou um passado recente favorável de aflúências, principalmente nos Reservatórios Equivalentes de Energia – REE de Itaipu e do Paraná, o que levou a previsões de ENA mais favoráveis do que as previsões do mês anterior.

O ONS apresentou também a avaliação das condições hidrológicas e de armazenamento na bacia hidrográfica do rio São Francisco, além de análises de sensibilidade com flexibilização das vazões mínimas a partir da UHE Sobradinho. O Operador informou que foi atendida a deliberação da última reunião do CMSE, quanto à elaboração de Nota Técnica para respaldar posicionamento do setor elétrico em relação aos níveis de armazenamento na bacia do rio São Francisco. Desta forma, encaminhou esta avaliação às autoridades competentes e, com isso, a CHESF solicitou à ANA e ao IBAMA a redução da defluência mínima a partir da UHE Sobradinho para 700 m³/s, o que está em avaliação.

Considerando a persistência do cenário hidrometeorológico atual e a possibilidade da prática de defluência mínima de 700 m³/s a partir da UHE Sobradinho, iniciando no mês de outubro, a expectativa é de atingimento de 4,5% de armazenamento na UHE Sobradinho ao final do mês de novembro de 2016. A permanência da prática de defluência mínima de 800 m³/s levaria a um armazenamento de apenas 2,7% ao final deste horizonte.

O ONS destacou que não há risco de suprimento de energia ao submercado Nordeste, mesmo com os baixos níveis de armazenamento na bacia do rio São Francisco e na

hipótese de redução das defluências mínimas. Existem alternativas de suprimento à região para compensação da redução da geração hidrelétrica, que incluem a significativa expansão eólica, a geração térmica local e o recebimento de energia a partir do Sistema Interligado Nacional.

Apesar de não haver riscos para o abastecimento energético, o setor elétrico vem utilizando seu arcabouço técnico sobre a hidrologia para sugerir aos órgãos competentes ações de gestão dos recursos hídricos armazenados nas usinas hidrelétricas, devido aos impactos que a situação pode causar no abastecimento de água e na segurança das barragens. Em que pese a competência da ANA e do IBAMA quanto ao pleito do setor elétrico de redução da defluência para 700 m³/s a partir da UHE Sobradinho, o MME entendeu ser oportuno encaminhar o tema para tratamento na Casa Civil da Presidência da República, dado seu caráter interministerial.

Sendo assim, conforme deliberado na 169ª reunião do CMSE, de forma a preservar os estoques das UHEs Tucuruí e Sobradinho e operar as interligações com critérios de segurança adequados, ainda poderá ser necessário manter o despacho térmico por garantia de suprimento energético nos subsistemas Nordeste e Norte.

O ONS apresentou também a avaliação prospectiva para o atendimento ao SIN no período de setembro a novembro de 2016, considerando o despacho térmico por ordem de mérito e diversos cenários hidrológicos, principalmente no subsistema Sul, dada sua elevada incerteza. Os resultados apontaram que a maior probabilidade é de que o subsistema Sudeste/Centro-Oeste finalize o mês de novembro de 2016 com armazenamento superior a 30%. Também foram apresentados os níveis de segurança do período úmido para os piores cenários hidrológicos do histórico.

O risco de qualquer déficit de energia em 2016 é igual a 0,0%, para as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, considerando a configuração do sistema do PMO de setembro de 2016. Este resultado é obtido nas simulações do modelo Newave tanto com séries sintéticas quanto com séries históricas, considerando em seus parâmetros que não há racionamento preventivo e apenas um patamar de déficit.

Com relação à atualização quadrimestral de carga, foi apresentada a metodologia de apuração da carga global, assim como o impacto do ajuste do histórico em relação à carga verificada e o efeito da correção de base nas projeções de carga.

Nesse sentido, foi informado que, em relação à carga global de 2015, houve um acréscimo de 1.884 MW médios em seu montante relativo a 504 usinas não despachadas centralizadamente, dentre as quais eólicas, PCHs e térmicas a biomassa. Dessa forma, o total da carga verificada para 2015 passou a ser 65.983 MW médios.



Por fim, mencionou que a utilização dos valores atualizados da carga global do SIN na 2ª revisão quadrimestral da carga, além da atualização das demais premissas consideradas no estudo, resultou no aumento de 64.573 MW médios para 66.645 MW médios na projeção da carga global para 2016.

3. MONITORAMENTO DA EXPANSÃO DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A Secretaria de Energia Elétrica – SEE/MME iniciou a apresentação elencando os destaques do mês de agosto de 2016 relativos ao monitoramento dos empreendimentos de geração.

Sobre a UHE Teles Pires, foi informado que a implantação desta usina foi concluída e as unidades geradoras 3, 4 e 5 (total: 1.092 MW) foram liberadas para início da operação comercial a partir do dia 4 de agosto de 2016. Desta forma, esta UHE passa a ser a 9ª maior usina hidrelétrica brasileira em termos de capacidade instalada, com um total de 1.820 MW.

Já em relação à UHE Santo Antônio, informou que as UGs 46, 48 e 49 (69,59 MW cada) foram liberadas, em agosto, para início da operação em teste. Ressalta-se que os testes das UGs 45 e 47 desta usina já foram finalizados, restando pendente para a liberação para operação comercial a publicação pelo órgão ambiental das respectivas licenças de operação retificadas, que devem contemplar o valor de 71,3 m para a cota do reservatório da UHE Santo Antônio.

Sobre a UHE Belo Monte, destacou que a UG 3 (38,85 MW) do sítio Pimental foi liberada para operação comercial a partir de 5 de agosto de 2016. Destacou ainda que, em decisão judicial de 25 de agosto de 2016, a licença de operação da usina foi suspensa, mas até o momento o agente ainda não tinha sido notificado e a usina continuava gerando conforme disponibilidade hídrica.

Além disso, foi apresentado que há previsão de frustração de 58%, em termos de capacidade instalada dos novos empreendimentos, do Leilão de Energia Nova – LEN A-5 de 2014. Esta estimativa é resultado de avaliação realizada pelo MME a partir das informações do Grupo de Monitoramento da Expansão da Geração, que apontou, por exemplo, que do total de 5.032,7 MW de capacidade instalada a ser implantada, 24,9% correspondem a projetos não iniciados e 49,2% a empreendimentos sem previsão de data de conclusão.

Estão sendo monitoradas 489 usinas, totalizando 32,3 GW de potência. De 4 de agosto a 1º de setembro de 2016, período desde a última reunião do CMSE, entraram em operação comercial 1.542,9 MW, sendo 1.345,9 MW referentes a usinas do Ambiente de Contratação Regulada – ACR e 197 MW do Ambiente de Contratação Livre – ACL. No

ano 2016, até 31 de agosto, entraram em operação comercial 6.941,20 MW, o que representa 96% da meta estipulada para ano.

Em relação ao acompanhamento das obras de transmissão, foram destacadas as decisões da Diretoria Colegiada da ANEEL relativas a concessões outorgadas a empresas do Grupo Braxenergy, a saber: SPE BR Transmissora Cearense de Energia, SPE BR Transmissora Cearense II de Energia e SPE BR Transmissora Maranhense. Conforme deliberado pela Agência, (i) será encaminhado processo ao MME propondo a declaração de caducidade dos respectivos contratos de concessão, (ii) será recomendado ao MME avaliar a necessidade de estudos para avaliar o impacto da não implantação das obras e (iii) foi determinada a execução das garantias de fiel cumprimento.

Estão sendo monitorados 33,4 mil km de linhas de transmissão e 69,8 GVA de capacidade de transformação, conforme informações do Relatório de Expansão da Transmissão da SEE/MME.

Desde a última reunião do CMSE foram implantados 300 MVA de transformação da Rede Básica, relativos ao TR 230/69 kV, 150 MVA, da SE Mirueira II, em Pernambuco, e ao TR 230/138 kV, 150 MVA, na SE Joinville, em Santa Catarina. Assim, em 2016, até 31 de agosto, houve expansão de 3.027 km de linhas de transmissão e 8.347 MVA^[1] de transformação na Rede Básica.

4. HOMOLOGAÇÃO DAS “DATAS DE TENDÊNCIA” DA OPERAÇÃO COMERCIAL DE USINAS E DA TRANSMISSÃO

O Comitê homologou as datas de tendência para operação comercial das usinas, conforme reunião mensal do Grupo de Monitoramento da Expansão da Geração, de 17 de agosto de 2016, coordenado pelo DMSE/SEE/MME, e encaminhadas aos membros do CMSE pelo Ofício Circular nº 19/2016-SEE-MME, em 22 de agosto de 2016, para subsidiar o PMO de agosto de 2016.

Ressaltou-se que as PCHs Comodoro e Presente de Deus e a UTE CNE foram retiradas do acompanhamento em função da revogação da homologação e da adjudicação desses empreendimentos no Leilão nº 6/2014, conforme Despacho ANEEL nº 2.238, de 23 de agosto de 2016.

As datas de tendência para operação comercial de linhas de transmissão e subestações também foram homologadas pelos membros do Comitê, conforme analisadas na reunião mensal de 17 de agosto de 2016, do Grupo de Monitoramento da Expansão da

¹ O montante total de entrada em operação de transformação na Rede Básica foi atualizado com dados de entrada em operação desde a última reunião do CMSE e também com montantes que não haviam sido considerados anteriormente.

Transmissão, coordenado pelo DMSE/SEE/MME, e encaminhadas aos membros do CMSE pelo Ofício Circular nº 20/2016-SEE-MME, em 29 de agosto de 2016.

Conforme destacado, foram incluídos no acompanhamento apresentado na referida reunião mensal os empreendimentos do Lote A do Leilão 004/2014, que ainda não constam na base do Sistema de Gestão da Transmissão – SIGET/ANEEL, com a explicitação dos empreendimentos desse lote na relação, conforme proposta enviada pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em resposta ao Ofício Circular nº 20/2016-SEE-MME. Assim, essas datas de tendência também foram homologadas pelo Comitê.

5. RESULTADO DA SEGUNDA REVISÃO QUADRIMESTRAL DA CARGA DO SIN

A EPE apresentou o resultado da segunda revisão quadrimestral das previsões de carga de energia elétrica para o período de 2016-2020, trabalho realizado conjuntamente com o ONS.

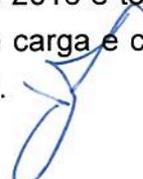
Nesse sentido foram primeiramente mencionadas as premissas econômicas utilizadas no estudo, que se mantiveram as mesmas das utilizadas na primeira revisão quadrimestral.

Em sequência, ressaltou o desempenho observado por setor para o primeiro semestre de 2016, com destaque para a permanência do cenário de retração do consumo industrial, ainda que em menor intensidade, e a diminuição do consumo do setor de comércio e serviços em função da baixa atividade observada, fato influenciado pelo cenário macroeconômico vivenciado no país. Assim, foi verificada retração de 5,6% no consumo industrial, 1,5% no consumo comercial e crescimento de 1,2% do consumo da classe residencial, dados relativos ao acumulado no primeiro semestre de 2016 e em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Em termos da projeção do consumo para 2016, foi apresentada a expectativa de crescimento de 0,4% no consumo total verificado no país. A expectativa de crescimento do consumo total de eletricidade é da ordem de 4,0% a.a. para o período 2016-2020.

A EPE destacou também que, em função de consolidação realizada pela CCEE e pelo ONS, foram atualizados os dados de geração não despachada centralizadamente pelo Operador. Esta reavaliação dos dados da carga de 2014 e 2015 impactou a previsão da carga do SIN para o horizonte 2016-2020. Desta forma, no ano 2020, a carga do SIN é estimada em 77.002 MW médios.

Por fim, foi mencionada a realização exitosa do Workshop “Previsão e Acompanhamento da Carga do SIN”. Este evento, fruto de parceria entre ONS, EPE e CCEE, foi realizado em agosto de 2016 e teve como principal objetivo esclarecer procedimentos de apuração de valores de carga e consumo, bem como prestar informações a respeito da 2ª revisão quadrimestral.



6. AVALIAÇÃO DAS PRINCIPAIS BACIAS DE INTERESSE DO SETOR ELÉTRICO

Atendendo à deliberação da 158ª reunião do CMSE, o ONS apresentou análise das séries de vazões das principais bacias hidrográficas do país do ponto de vista da geração de energia hidrelétrica.

Destacou que no período de 1993 a 2014, a média das vazões naturais à UHE Sobradinho correspondeu a apenas 79,6% da média de longo termo. Concluiu que o aumento dos usos consuntivos não constitui a principal causa da redução de vazões na bacia nos últimos anos, devendo estar mais associada à diminuição dos totais de precipitação na bacia. Além disso, regiões hidrográficas vizinhas à do rio São Francisco apresentam o mesmo comportamento de redução de vazões a partir de 1993.

Em relação aos dados mais recentes, nos três últimos anos (2012-2015) verificou-se que a área de redução de vazões abrangeu a maior parte da região Sudeste e de todo o subsistema Nordeste, regiões cuja capacidade de armazenamento somadas correspondem a 86% do total do SIN, e que este triênio foi o mais seco do histórico.

Ao menos em parte, estas reduções podem estar ligadas a fenômenos naturais, explicados pela ocorrência de ciclos climáticos de baixa frequência denominados interdecadais. Um possível efeito agravante provocado por mudanças climáticas só poderá ser confirmado a partir de um período de observação mais longo ou por estudos complementares que busquem aprofundar as razões de natureza científica para tal comportamento.

7. ACOMPANHAMENTO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS COM INTERRUPÇÃO NO SUPRIMENTO DE ENERGIA

O ONS apresentou um resumo do Boletim de Interrupção de Suprimento de Energia – BISE do período de 3 de agosto a 1º de setembro de 2016, que contempla interrupções de carga superiores a 100 MW e duração acima de 10 minutos.

Além disso, relatou as primeiras informações sobre a ocorrência do dia 30 de agosto de 2016, que afetou as regiões Norte e Nordeste, em função de desligamentos das LTs 500 kV Colinas – Miracema C1, C2 e C3. Conforme mencionado, houve a correta atuação do Esquema Regional de Alívio de Carga (ERAC), que promoveu cortes de carga para reequilibrar geração e demanda, após queda da frequência e consequente desligamento automático de cerca de 2.300 MW de geração. Houve interrupção de cerca de 3.500 MW de carga, sendo 2.700 MW na região Nordeste e de cerca de 800 MW na região Norte.

Foi ressaltado que a causa da perturbação foi uma queimada de grandes proporções na região das linhas de transmissão que interligam as subestações Miracema e Colinas.



Assim, será realizada reunião de análise de perturbação – RAP para maior detalhamento da ocorrência e manifestação dos agentes envolvidos.

Adicionalmente, destacou a perturbação ocorrida no dia 31 de agosto de 2016, que resultou no desligamento automático de duas linhas de transmissão em 500 kV (Adrianópolis – São José e Angra dos Reis – São José), seguido por desligamentos em circuitos de 138 kV pertencentes às distribuidoras Light e Ampla. A ocorrência afetou o estado do Rio de Janeiro, tendo havido interrupção de cerca de 2.300 MW de carga. Também será realizada reunião de análise de perturbação para maior detalhamento da ocorrência e determinação das causas.

Em relação ao atendimento à área Rio de Janeiro, que sediará os Jogos Paralímpicos nos próximos dias, o ONS informou que, no dia 7 de setembro de 2016, será novamente indicado o despacho térmico das usinas da região por razões elétricas. Esta medida operativa visa prover maior segurança elétrica nas áreas onde ocorrerão os eventos, de forma similar ao realizado durante as Olimpíadas Rio 2016.

8. MONITORAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE fez um relato sobre a liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo referente a junho de 2016, realizada no mês de agosto, envolvendo agentes que comercializam energia nos Ambientes de Contratação Regulada – ACR e Livre – ACL.

Primeiramente, foi apresentado o histórico dos valores contabilizados em 2016, tendo sido destacada a redução desses montantes mês a mês em função da repactuação dos valores relacionados ao *Generation Scaling Factor* – GSF relacionados ao ACR, cujo pagamento deve ser finalizado até dezembro de 2016. No entanto, tendo em vista o não equacionamento da questão do GSF no ACL, foi indicada a tendência de saturação dos valores contabilizados nos próximos meses.

Em relação à contabilização referente a junho de 2016, seu valor total foi de R\$ 2,53 bilhões. Desse montante, R\$ 840 milhões (32% do total contabilizado no mês) foi relativo ao efetivo apurado em junho no Mercado de Curto Prazo, tendo havido pagamento de aproximadamente R\$ 410 milhões. Do valor restante (R\$ 430 milhões), destaca-se que R\$ 380 milhões referem-se à inadimplência de agentes de distribuição, cenário que permanece desde os meses anteriores.

Em relação ao assunto, a CCEE registrou preocupação da permanência da inadimplência desses agentes. No entanto, conforme informado, a expectativa da ANEEL é que esta questão seja equacionada brevemente.



Sobre os montantes do GSF repactuados por 56 agentes do ACR, o valor contabilizado foi de R\$ 520 milhões (21% do total contabilizado em junho), tendo havido pagamento no valor de cerca de R\$ 130 milhões. Assim, ainda restam débitos de aproximadamente R\$ 390 milhões, devidos por 14 agentes.

Ressalta-se que a possibilidade de parcelamento dos débitos relativos ao GSF repactuado está disposta nos Despachos ANEEL nº 758/2016 e nº 2.088/2016. Neste último normativo, publicado em agosto de 2016, foram apresentadas novas condições de parcelamento, a saber: manter o parcelamento atual ou realizar novo parcelamento para os valores ainda remanescentes, em até cinco parcelas, com a incidência de atualização pelo IGP-M, acrescido de 1,1% de juros ao mês, para quitação até 31 de dezembro de 2016.

Assim, ao final da liquidação de junho de 2016, o montante pago da dívida do GSF 2015 referente ao ACR, equivaleu a aproximadamente 87% da dívida inicial dos 56 agentes.

Sobre os valores referentes ao GSF que não foram repactuados, relativos ao ACL, o valor contabilizado foi de R\$ 1,14 bilhão (45% do total contabilizado em junho) e não houve pagamento em função das liminares concedidas contra a redução do GSF ainda vigentes na data da liquidação. Além disso, foi discriminado o valor devido por agentes integrantes de uma associação (R\$ 30 milhões contabilizados e R\$ 29 milhões pagos), que recentemente conseguiu a reversão judicial para a permanência da vigência de liminar concedida contra a redução do GSF.

O MME informou que estão sendo realizadas tratativas na busca do equacionamento jurídico da permanência da judicialização do GSF. No entanto, conforme sugerido pela CCEE e pela ANEEL, devem ser avaliadas outras alternativas para o assunto, tendo em vista a relevância do tema frente à segurança e ao equilíbrio do mercado de energia elétrica no país.

Foram mencionadas também questões relativas ao não pagamento de montantes devidos em função da vigência de liminares contrárias à aplicação do Fator de Indisponibilidade – FID da UHE Santo Antônio. Conforme informado, o impacto dessas liminares já totaliza aproximadamente R\$ 555 milhões, considerando o período de março de 2012 a julho de 2016.

Por fim, foi apresentada a previsão de liquidação relativa ao mês de julho de 2016, a ser realizada nos dias 5 e 6 de setembro de 2016.



9. ASSUNTOS GERAIS

A Secretaria Executiva do MME apresentou o andamento das discussões com a ANEEL, EPE, CCEE e ONS sobre encargos setoriais e eficiência do mercado, abrangendo os assuntos destacados a seguir.

Governança dos Modelos Computacionais

Foi relatado o andamento das ações do Grupo de Trabalho “Governança dos Modelos Computacionais”, constituído no âmbito da Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP. Nesse sentido, informou que deve ser aberta nos próximos dias Consulta Pública para o recebimento de contribuições para aperfeiçoamento da minuta de Resolução do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, em elaboração, relativa à definição de critérios e ritos para alteração dos dados de entrada, parâmetros e metodologias da cadeia de modelos de otimização energética e de formação de preço no setor de energia elétrica.

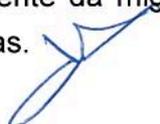
Portaria nº 455/2012 e Resolução CNPE nº 03/2013

Foi apresentado o andamento de algumas ações de desjudicialização, envolvendo a revisão da Portaria nº 455/2012 e da Resolução CNPE nº 3/2013. Conforme mencionado, a Portaria nº 455/2012 está em fase final de avaliação para revogação. A Resolução CNPE nº 03/2013, por sua vez, está passando por um reestudo aprofundado para identificação da melhor alternativa para tratamento da matéria, com foco na alocação dos custos do despacho por razões de segurança energética.

Expansão do Mercado Livre

O MME apresentou questões preliminares sobre a expansão do mercado livre, cujo debate visa avaliar os benefícios para o setor elétrico e, principalmente, para a sociedade brasileira, como um veículo de estímulo à eficiência e à inovação.

Nesse sentido, foi comunicada a intenção de realizar uma Consulta Pública para interagir com a sociedade brasileira a respeito da expansão sustentável e virtuosa do mercado livre, considerando, como ponto de partida, os seguintes desafios: (i) como esclarecer ao consumidor quanto ao funcionamento do mercado livre, seus benefícios e os riscos envolvidos; (ii) como promover um crescimento do mercado livre que contribua com a redução de subsídios; (iii) como desenvolver ferramentas que permitam a inclusão de todo o mercado atualmente atendido mediante contratação regulada; (iv) como assegurar a adequada expansão da matriz energética por meio da contratação no mercado livre; (v) como equacionar possíveis efeitos colaterais do aumento do mercado livre, tais como custos residuais ou a sobrecontratação decorrente da migração, dados os contratos de compra e venda já firmados com as distribuidoras.



As respostas a esses desafios e a outros que sejam identificados na fase de Consulta Pública alimentarão novas etapas de discussão e servirão de base para materializar as visões do MME. O material receberá contribuições dos membros do CMSE nos próximos dez dias, para depois ser apresentado para Consulta Pública à sociedade.

Adicionalmente, a SEE/MME realizou apresentações abrangendo os assuntos registrados a seguir.

Operação durante os Jogos Olímpicos Rio 2016

Foram apresentados os resultados da operação do sistema elétrico durante os Jogos Olímpicos Rio 2016. Conforme informado, as medidas operativas e de segurança no fornecimento de energia foram exitosas, não havendo ocorrência no sistema elétrico que afetasse as competições e o fornecimento de energia às instalações olímpicas.

Conforme mencionado, os mesmos procedimentos operativos serão mantidos para as arenas que serão utilizadas nas competições dos Jogos Paralímpicos, que ocorrerão entre os dias 7 e 18 de setembro de 2016. Além disso, o MME também disporá de uma equipe técnica no Centro de Prontidão Federal, no Rio de Janeiro, durante todo o período, a exemplo do ocorrido nas Olimpíadas.

O MME agradeceu o empenho de todos os técnicos das diversas instituições e empresas do setor elétrico brasileiro, envolvidos na realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, cuja contribuição foi fundamental para os bons resultados obtidos até o momento.

Atendimento ao Amapá

Em relação ao atendimento ao Amapá, a SEE/MME apresentou as medidas operativas que serão adotadas em 2016 visando mitigar os riscos de blecaute para a perda dupla da linha de transmissão 230 kV Laranjal – Macapá. Conforme mencionado, a solução alternativa foi desenvolvida a partir de estudo realizado pelo ONS, resultante de tratativas entre Eletrobras Eletronorte e MME, e consistirá na implantação de esquemas adicionais de preservação de cargas prioritárias.

Essa medida evitará a geração térmica local e os custos para revitalização da UTE Santana, além de atender à perspectiva de geração para o período crítico em 90% dos cenários.

Como próximos passos do trabalho, o ONS irá finalizar estudo contemplando as recomendações para que a Eletrobras Eletronorte e a CEA adotem o esquema adicional, cuja implantação será monitorada pela SEE/MME. Além disso, a SEE solicitará à ANEEL que priorize a fiscalização na LT 230 kV Laranjal – Macapá C1 e C2.



Durante as discussões, os membros do CMSE decidiram pela necessidade de aprofundamento das avaliações relativas aos critérios operativos atualmente adotados *versus* custos. Nesse sentido, deverá ser realizada primeiramente análise sobre o atendimento a Manaus, elencando aspectos que abranjam as obras necessárias para se evitar geração térmica que tem sido utilizada para atendimento ao local, dificuldades para implantação dessas obras, dentre outros.

Deliberação: O ONS, conjuntamente com a EPE, deverá elaborar estudo que contemple as questões relativas ao atendimento a Manaus, identificando o panorama atual, os custos envolvidos e as soluções de forma a se evitar a geração térmica local. Este trabalho, que visa à avaliação de custos e benefícios para a tomada de decisão, deverá ser apresentado na próxima reunião do CMSE.

Em sequência, o ONS informou aos presentes que, em 1º de setembro de 2016, a interligação entre o Brasil e o Uruguai, via conversora de frequência de Melo, foi utilizada pela primeira vez para exportação de energia em caráter emergencial, por solicitação do país vizinho, desde sua entrada em operação comercial.

Os membros do CMSE informaram ainda que o mecanismo de aversão ao risco dos modelos Newave e Decomp está sendo reavaliado pela CPAMP. Ressalta-se que a abordagem desenvolvida pela CPAMP não se limita à deliberação do Comitê em sua 166ª reunião e, desta forma, estão contemplados os mecanismos CVaR e SAR.

Este processo está focado na previsibilidade e na transparência, e qualquer alteração resultante desta discussão passará por Consulta Pública anteriormente à sua adoção nos modelos computacionais.

Ao final da reunião, o Ministro Fernando Coelho Filho assinou a Resolução CMSE nº 01/2016, que aprova o Regimento Interno do Comitê, dando ciência aos membros deste fato.

Nada mais havendo a tratar, o Ministro deu por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura desta ata que, após aprovada pelos membros, vai assinada por mim, Fábio Lopes Alves, Secretário-Executivo do CMSE.



FÁBIO LOPES ALVES
Secretário-Executivo do CMSE

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO
Fernando Coelho Filho	MME
Ricardo S. Homrich	MME
Roberto Castro	CCEE
Solange David	CCEE
Rui Guilherme Altieri Silva	CCEE
Christiano Vieira da Silva	ANEEL
André Pepitone da Nóbrega	ANEEL
Romeu Donizete Rufino	ANEEL
Moacir Carlos Bertol	MME
Eduardo Azevedo	MME
Edvaldo Risso	MME
Paulo Pedrosa	MME
Fábio Alves	MME
João Souto	MME
Ildo W. Grüdtner	MME
Amilcar G. Guerreiro	EPE
Ricardo Gorini	EPE
Luiz Eduardo Barata Ferreira	ONS
Jose Cesário Cecchi	ANP
Albert C. G. Melo	CEPEL
André Grobério Lopes Perim	MME
Guilherme Silva de Godoi	MME
Luciano da Silva Teixeira	MME
Thomaz Toledo	MME
Elizeu Pereira Vicente	MME
Nilo Teixeira	MME
Manoel Clementino Barros Neto	MME
Igor Souza Ribeiro	MME
Bianca Maria M. de Alencar Braga	MME
Ricardo M. A. Faria	MME

Flávia Pierry Bessa Lima	MME
Paulo Félix Gabardo	MME
Igor Walter	MME
Ricardo Suassuna	MME
Francisco Arteiro	ONS
Symone C. S. Araújo	MME

